



▶ Menu principal



Pesquisa Geral

OK

Brasília, Sexta-Feira, 22/3/19

A Pró-Yanomami

Os Yanomami

Notícias

Documentos

Programas

Depoimentos

Bibliografia

Documentos

Esta seção apresenta um conjunto de documentos de referência sobre diversos aspectos da ação da entidade na defesa dos direitos Yanomami (Terra Indígena Yanomami, direitos humanos, saúde, educação e preservação do meio-ambiente). Trata-se de documentos recentes ou "históricos", de documentos produzidos pela Pró-Yanomami (CCPY) ou de documentos oficiais.

... ● Arquivo Pró-Yanomami

▶ Pesquise por Tema

Todos ▼

Selecione o Período:

De Jan ▼ 1970 ▼

Até Mar ▼ 2019 ▼

Listar Resultados

▶ Veja também:

Cartografia Yanomami

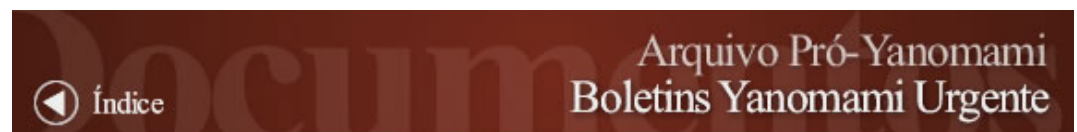
A Terra Indígena Yanomami vista do espaço

especial
Artê com os Yanomami



Acesse o folder CCPY

CCPY
COMISSÃO
PRÓ-YANOMAMI



Boletim Yanomami Urgente Nº 12 - 01 de Fevereiro de 1989

COMISSÃO DO GOVERNO RETARDA APLICAÇÃO DO PLANO EMERGENCIAL DE SAÚDE

Em dezembro de 90, a Ação pela Cidadania (ApC) negociou com o governo a incorporação de uma equipe de profissionais familiarizados com os Yanomami no Plano Emergencial de Atenção à Saúde Yanomami (PEAS), elaborado pelo Ministério da Saúde.

Em carta de 05/12, pelo Senador Severo Gomes, propôs uma equipe de 3 médicos, 2 enfermeiras, 1 laboratorista e 2 intérpretes para o atendimento de urgência às áreas críticas do Paapiú, Auaris, Olomai e Mucajáí. A missão dessa equipe era dar continuidade aos levantamentos realizados anteriormente pelos médicos Oneron Pithan e Maria Gorete Selau, além de promover a assistência local para conter a epidemia de malária e fornecer orientação ao pessoal da Funai, que seria fixado na área para assegurar a continuidade do atendimento médico.

Na carta entregue ao presidente da Funai, foi detalhado o plano de ação da equipe auxiliar de saúde, cujos trabalhos seriam iniciados no dia 08/12 e concluídos no dia 20/12.

Em carta de 13/12, o senador reiterou as condições para a integração da equipe da ApC, apoiado por médicos sanitaristas, intérpretes e especialistas com experiência na área Yanomami. Destacou ainda a imperiosa necessidade de se promover a remoção dos garimpeiros das terras indígenas, sem a qual o socorro de saúde às populações Yanomami seria ineficaz.

No dia 27/12, em telex enviado pelo presidente da Funai ao senador, foi comunicado o novo cronograma para a Operação de Emergência e a formação das equipes médicas, com a incorporação dos profissionais sugeridos pela ApC. As etapas da operação seriam desenvolvidas nos seguintes prazos: 1º - de 02 a 15/01/90; 2º - de 17 a 30/01 e 3º - de 01 a 15/02.

Contudo, a integração da equipe auxiliar ficou definida apenas no dia 08/01, em reunião entre a ApC e a Funai, quando ficou estabelecido que os 12 profissionais de saúde e intérpretes propostos atuariam com as equipes oficiais do PEAS a partir da segunda etapa do programa (17/01). Participaram dessa reunião Abel de Barros Lima (ApC/CCPY), drª Maria Gorete Selau (ApC/CCPY), Maria Ordália Magro Del Gaudio (Funai), Maria Cristina Carvalho Magalhães (Funai), Mauro Ribeiro Alves (Funai), Claudia Andujar (ApC/CCPY), D'Alembert Jaccoud (ApC), o superintendente da Funai, coronel Alcântara, e o presidente do órgão, Iris Pedro de Oliveira.

Apesar do caráter emergencial do PEAS, até meados do mês de janeiro os médicos da Funai tinham realizado menos da metade dos atendimentos previstos. Ao adiarem a Operação de Saúde para janeiro, a Funai e o Ministério da Saúde submeteram a vida de milhares de Yanomami à política de "conciliação" que o governador de Roraima, Romero Jucá, vinha arquitetando com as lideranças garimpeiras, de onde nasceu o acordo para a transferência dos invasores para a Floresta Nacional.

OPERAÇÃO YANOMAMI APRESENTA RUMOS E RESULTADOS INCERTOS

A súbita mudança de rumos da operação de retirada dos garimpeiros das terras Yanomami - que serão transferidos para regiões dentro da área indígena - não só provocou dissidências e denúncias de funcionários da própria Funai, como também repercutiu até no Parlamento Europeu, que integra deputados de 12 países. Assim, no mês de janeiro, na mesma sessão em que foi condenada a intervenção norte-americana no Panamá, os parlamentares europeus elaboraram um documento ao presidente José Sarney, onde pedem a expulsão dos garimpeiros das terras Yanomami e lembram que essa medida já fora tomada pela Justiça brasileira em outubro de 89 (liminar 244/89).

A falta de vontade política do governo beirou a afronta à Justiça, que determinou a "retirada imediata" dos garimpeiros invasores e a interdição da área de 9,4 milhões de hectares. A omissão das Forças Armadas, especialmente o Exército, o autoritarismo do ministro da Justiça, Saulo Ramos, ou o oportunismo do governador de Roraima, Romero Jucá Filho, que encontrou o momento ideal para desengavetar o projeto Meridiano 62 e retomar a discussão do garimpo em terras indígenas, são alguns dos principais episódios que acompanham a Operação Yanomami.

Para melhor entendimento da situação global, Segue-se uma sinopse dos fatos determinantes que ocorreram entre os meses de dezembro e janeiro.

05/12 - A Justiça Federal ordena que a Aeronáutica interdite as pistas clandestinas do território Yanomami, procurando forçar a saída dos garimpeiros pelo corte do principal meio de transporte da região; o Exército também é convocado. Como a ordem judicial não estabelece prazo para ser cumprida, a pouca disposição das forças armadas para acatar a liminar acaba favorecida. Alega-se que o início da operação poderá influenciar os resultados do segundo turno das eleições presidenciais.

Pelo menos 2 índios por dia morrem de malária. A Funai menciona a ocorrência generalizada de tuberculose, oncocercose, leishmaniose, dermatoses, infecções respiratórias, enterites e desnutrição. Atendendo a solicitação da Funai, o senador Severo Gomes encaminha a proposta da Ação pela Cidadania para a implantação imediata de um programa de saúde junto aos Yanomami. Mas a Funai rejeita o trabalho e descarta a colaboração de profissionais familiarizados com os índios, preferindo restringir-se ao plano que ela desenvolveu com o Ministério da Saúde, com a participação fechada a técnicos do governo.

A médica Maria Gorete Gonçalves Selau, que no mês de novembro entrara em contato com o caos sanitário dos Yanomami da Casa do Índio (Boa Vista) e do Posto Indígena do Paapiú, critica o planejamento do plano de saúde para o início de 1990 e classifica como "omissão de socorro" a falta de providências já em dezembro.

06/12 - O presidente José Sarney assina medida provisória e libera NCZ\$ 15 milhões para a Funai ativar um programa emergencial de saúde na reserva Yanomami. Entretanto, o projeto não faz referências à necessidade de imediata retirada dos garimpeiros, reconhecida pelos ministros da Saúde, Seigo Tsuzuki, e do Interior, João Alves, na exposição de motivos anexa ao plano. João Alves justifica o fato como recurso estratégico e afirma que parte dessa verba será destinada à remoção dos invasores, com o apoio da Polícia Federal.

07/12 - O Congresso Nacional libera NCZ\$ 31,5 milhões para a Funai contratar os serviços da Polícia Federal.

12/12 - o presidente Sarney, o ministro da Justiça, Saulo Ramos, o ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho, o ministro do Interior, João Alves Filho, e o ministro da Saúde, Seigo Tsuzuki, assinam o Decreto 98.502 que aprova o Plano de Defesa das Áreas Indígenas Yanomami. O Artigo 1º esclarece que a finalidade é fazer a retirada gradativa dos invasores de todas as áreas indígenas Yanomami e da Floresta Nacional, localizadas no Estado de Roraima, além de implantar um imediato sistema de proteção à saúde dos índios. O Decreto 98.502 também autoriza o ministro da Justiça a requerer dos ministros do Exército e da Aeronáutica o apoio necessário à efetivação

das operações de retirada. O Plano estabelece um prazo de 30 dias para os agentes da PF retirarem os garimpeiros.

14/12 - A Funai e o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe) firmam acordo para a redemarcação da reserva Yanomami; o trabalho será finalizado em junho mas o programa durará cerca de 2 anos. O levantamento do Inpe tomará por base as fotos dos satélites Landsat (norte-americano) e Spot (francês), e identificará principalmente as áreas do garimpo.

20/12 - A imprensa reproduz a visão pessimista e distorcida do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, sobre a operação de retirada dos garimpeiros. Classificando de "psicologicamente difícil" a medida, Leônidas dá as costas à realidade e faz coro com os empresários do garimpo ao dizer que os índios não estão interessados na saída dos garimpeiros. "Quem quer a retirada dos garimpeiros", observa ele, são alguns religiosos e pessoas que defendem outros interesses."

Em fins de dezembro, agentes da Divisão de Ordem Política da Polícia Federal, juntos com técnicos da Funai e do Ibama, dão início, em Roraima, a um "levantamento psicossocial", um estudo psicológico dos garimpeiros e de suas famílias que dará uma idéia da reação que será desencadeada com a evacuação das áreas. Também pretende-se contatar as lideranças do garimpo para incentivar a saída pacífica da região.

PRECARIEDADE NO INÍCIO DA OPERAÇÃO SAÚDE

02/01 - A Funai, com o apoio do Ministério da Saúde e Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), começa Operação Saúde. Há 5.450 Yanomami contagiados pela malária diversas outras doenças nas 116 aldeias das reservas da a e de Surucucus, Uaicás e Alto e Baixo Mucajáí. Entre outubro e dezembro de 89 morreram 150 índios, 64 dos quais na Casa do Índio, em Boa Vista, onde se encontram internados 131 indígenas. Marcos Guimarães, chefe de saúde da Funai em Brasília deslocado para Boa Vista, aponta dois objetivos básicos dessa Operação: a reversão do quadro sanitário e o diagnóstico das doenças mais frequentes.

No primeiro dia da Operação Saúde, só um avião decola com mantimentos; os outros dois estão com defeito e o reforço aéreo prometido pela Funai não chegou. Não foi possível enviar para os garimpos as 6 equipes treinadas para atender os índios. A Sucam tem montada uma base avançada na reserva de Surucucus para receber os índios em estado grave.

Luís Saraiva Leite, secretário-geral-adjunto do Ministério da Saúde e coordenador da operação, diz que "não há possibilidade de êxito no tratamento dos índios com os garimpeiros por perto".

03/01 - o segundo dia da Operação Saúde também foi inútil. A equipe da Sucam transportada para o Paapiú estava sem equipamentos técnicos, e a base avançada de Surucucus não recebeu as equipes de médicos e laboratoristas por falta de transporte aéreo. Na verdade, a Funai e a Sucam ainda não sabem por onde começar a ação emergencial.

Luís Saraiva Leite desembarca na reserva de Surucucus e encontra apenas 9 Yanomami em bom estado de saúde. No Posto nem os técnicos da Funai sabem dizer onde estão os índios. Na região de Surucucus habitam cerca de 4.000 Yanomami. No Paapiú, havia alguns poucos índios recém-chegados de Boa Vista e com alta da Casa do Índio. No dia seguinte, o médico Sérgio Silva, da Funai, diagnostica 50 índios que vivem na região: de cada 10 Yanomami, 9 têm malária do tipo falciparum, a mais grave e mortal. Os índios também apresentam parasitose intestinal e estão desnutridos.

A 4 dias da Operação Canaimé, marcada para 07/01, a situação é de muita tensão no Sindicato dos Garimpeiros de Roraima. O ministro da Justiça reafirma que o governo não usará de violência para retirar os garimpeiros, mas o presidente da Funai, Íris Pedro de Oliveira, anunciara anteriormente que os invasores podem ser "expulsos na marra".

05/01 - o governador Romero Jucá convoca a imprensa e declara, irritado, que não apóia a ação da Polícia Federal, e que responsabilizará a União pelos danos que venham a ocorrer ao povo de Roraima. Para Jucá, "é preciso encontrar um modelo sério para a atividade garimpeira". A comunidade de Boa Vista também não apóia a operação, e representantes de 17 entidades empresariais e trabalhistas locais exigem o ordenamento da atividade mineral no estado.

É grande a falta de informação sobre a Operação: nenhum agente federal desembarcou em Boa Vista, a Divisão Regional da PF ainda não recebeu instruções de Brasília e nem o comandante da guarnição do Exército, coronel Luís Francez, sabe com proceder.

06/01 - o Sindicato dos Garimpeiros de Roraima reúne cerca de 400 pessoas em passeata em Boa Vista garimpeiros contra a retirada dos garimpeiros. José Altino Machado, presidente da União dos Sindicatos e Associação de Garimpos da Amazônia Legal (Usagal), afirma que a ação da PF é de "cunho político" e que a operação não deverá ocorrer. Ele confia nos "muitos caminhos" para os garimpeiros continuarem a operar no interior do estado.

08/01 - A Polícia Federal bloqueia as pistas de Boa Vista utilizando 77 agentes e 11 delegados. Aumentam a tensão e a disposição para resistir à Operação de retirada dos garimpeiros, que tiveram bastante tempo para estocar alimentos, combustível e inclusive armas; fala-se na possibilidade de confronto armado. Em telex ao governador de Roraima, o ministro Saulo Ramos informa que determinou "ao Dr. Tuma que viaje amanhã a Boa Vista, a fim de tratar detalhes do acordo com as entidades representantes dos garimpeiros".

ACORDO COM LÍDERES DO GARIMPO VIRA MEDIDA DA "SALVAÇÃO"

09/01 - O delegado-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, chega a Boa Vista e participa das negociações que geram o acordo ("termo de compromisso") para a transferência dos garimpeiros para a Floresta Nacional, em áreas escolhidas pelos seus próprios líderes. Participam da reunião dirigentes da Funai, do Ibama, do Departamento Nacional de Produção Mineral, do governo de Roraima e de mais 6 lideranças do garimpo.

Em Brasília, o ministro Saulo Ramos, representantes da Funai, da Secretaria de Assessoramento Nacional (Saden) e de outros órgãos aceitam o acordo, firmado em documento com 9 itens, elaborado sob a coordenação do procurador-geral de Roraima, José Ronaldo Montenegro de Araújo, e do chefe de gabinete do governador Romero Jucá, Marcelo Coutelo Chagas. Representando a PF e o governo federal, assina o "termo de compromisso" o diretor do Departamento de Ordem Política e Social da Polícia Federal, Amaury Aparecido Galdino, coordenador da operação de retirada dos garimpeiros da reserva Yanomami. De acordo com o documento, o governo federal reserva 3 áreas de garimpagem dentro do estado de Roraima, nas regiões de Uraricoera (125 mil ha), Uraricoera/Santa Rosa(100 mil ha) e Catrimani/Couto de Magalhães (280 mil ha).

Em contrapartida, as entidades que representam os garimpeiros em áreas Yanomami de Roraima serão integradas ao Plano de Defesa das Áreas Indígenas Yanomami (Decreto 98.502), com o compromisso de promoverem a saída espontânea destes garimpeiros nos seguintes prazos: até 60 dias - região de Surucucus, com prioridade para as pistas do "Baiano Formiga", "Caveira 1" e "Caveira 2"; até 90 dias - demais áreas indígenas Yanomami. A PF e a Funai ficam encarregadas de coordenar e fiscalizar a desocupação, e os garimpeiros e suas entidades representativas arcarão com todos os custos da medida.

O acordo que negocia a retirada pacífica dos invasores afronta o item 3 do artigo 231 da Constituição (que determina que "a pesquisa e a lavra de riquezas minerais em terras indígenas" dependem da autorização do Congresso Nacional) e a liminar 244/89, concedida pela 7ª Vara da Justiça Federal em 20/10/89, que ordena a interdição da área de 9.419.108 ha e a "retirada imediata" dos garimpeiros das terras Yanomami.

10/01 - Revoltados com os novos rumos da operação Canaimé, o sertanista da Funai Sydney Possuelo, coordenador da retirada dos garimpeiros, e o administrador regional da Funai em Boa Vista, José Maria Nascimento, pedem exoneração de seus cargos.

O procurador da República Eugênio José Guilherme Aragão pede à Justiça a prisão em flagrante do delegado Romeu Tuma por desobediência à determinação Judicial. Aragão pede que Tuma seja convocado para dar explicações, uma vez que o diretor da PF não poderia fazer nenhum acordo com os garimpeiros. o ministro Saulo Ramos defende que o acordo é "perfeitamente legal", que a garimpagem na Floresta Nacional já estava regulamentada por decreto presidencial e chega a desafiar o Judiciário a retirar os garimpeiros, demonstrando a incapacidade do governo para executar a operação. A realidade é que o ministro da Justiça receava que um confronto entre os 250 agentes federais e milhares de garimpeiros terminasse num "banho de sangue".

Na companhia do presidente da Usagal, José Altino Machado, e do proprietário da Goldmazon, Elton Runhelt, o delegado Romeu Tuma recebe dos garimpeiros de Paapiú a devolução da primeira pista de pouso clandestina; o ato simboliza a saída sem resistência e sela o acordo para o assentamento dos garimpeiros na Floresta Nacional.

É realizada uma manifestação no Centro de Londres para denunciar o Plano de Ação Florestal (que levaria o governo britânico a doar US\$ 160 milhões para o Brasil) como forma de exploração comercial, sem valor ecológico. A sede londrina da Survival International faz vigília de uma noite em frente à Embaixada brasileira e telegrafia ao presidente José Sarney dizendo-se "consternada pela não remoção dos 45 mil garimpeiros ilegais que estão destruindo os índios Yanomami".

PARA MINISTRO DA JUSTIÇA , "GARANTIA" É RESPONSABILIDADE DO GOVERNO COLLOR

11/01 - O delegado Romeu Tuma afirma que a PF não desrespeitou a liminar, mas optou pela retirada de forma "pacífica e civilizada", e que no encontro do dia 9 foram "firmados alguns compromissos" e não um acordo para a exploração mineral. Romero Jucá manifesta surpresa e irritação com a negação do acordo por Tuma, e lembra que há um documento assinado pelos participantes do entendimento conduzido pela PF e pelo governo de Roraima; mas o documento não traz nem a assinatura do delegado nem a do governador.

O ministro Saulo Ramos não reconhece a ilegalidade do acordo e diz que a garantia dos índios é responsabilidade do próximo governo ; para ele, a presença de garimpeiros na Floresta Nacional, próximos da reserva indígena, não é problema nesta primeira fase.

A coordenação do programa de saúde divulga os primeiros resultados dos exames e testes aplicados nos índios entre 3 e 10 de janeiro. Foram analisados clinicamente 911 índios em 4 áreas:

Surucucus, Paapiú, Alto Mucajaí e Baixo Mucajaí. Nas análises em 387 índios sob suspeita, 91 confirmaram a malária, sendo que 66 contraíram a doença com o plasmodium falciparum (que pode levar à morte). 25 Yanomami apresentaram a malária do tipo vivax, benigno. Foram encontrados 76 índios com desnutrição grave e 48 com infecções respiratórias agudas, e grande número de casos de doenças de pele, conjuntivite, gastroenterite, hepatite e tuberculose.

15/01 - De volta de férias, o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, assegura que o Ministério Público fará o possível para garantir a integridade do território Yanomami em Roraima. Junqueira atribui a demora no cumprimento da liminar à "falta de vontade política do governo, e não à falta de condições para cumpri-la". Para o ex-presidente da Funai, Apoena Meirelles, a Operação Selva Livre "não passa de uma palhaçada, porque jamais o governo conseguirá remover as 45 mil pessoas que ocupam o local".

Surge a possibilidade de o governo rever a decisão de assentar os garimpeiros nas 3 áreas selecionadas, segundo declarações do secretário- executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), do Ministério da Justiça, Ovídio Martins de Araújo. Mas no dia seguinte (16) o ministro Saulo Ramos descarta a idéia e reafirma a intenção de legalizar o garimpo na Floresta Nacional de Roraima.

16/01 - Tem início a segunda fase da operação de retirada dos garimpeiros das áreas Yanomami. A PF recebe reforço de homens, totalizando 250 agentes. De uma base avançada instalada na região de Paapiú, os agentes federais entrarão na selva para fiscalizar a desocupação espontânea. Nesta etapa, está prevista a retirada dos garimpeiros das áreas prioritárias em torno dos garimpos de Baiano Formiga, Caveira 1 e Caveira 2. Convencida de que não havia intenção de dar força legal ao acordo firmado no dia 9, a Justiça o considera legítimo, até o julgamento da ação de demarcação da reserva indígena, e nega o pedido de prisão do delegado Romeu Tuma. Nove membros da equipe da ApC (CCPY e CIMI) seguem para as áreas.

17/01 - Agentes da PF desembarcam no garimpo de Baiano Formiga e começam a coordenar a saída das primeiras levas de garimpeiros, que não oferecem resistência. Posteriormente, o chefe da Operação Selva Livre, delegado Amauri Galvão, informa que cerca de 10 mil garimpeiros já deixaram algumas áreas. Porém em Boa Vista fala-se do fracasso da operação e que muitos garimpeiros conseguem burlar a fiscalização da PF.

O trabalho dos jornalistas, há dias boicotado pelos pilotos autônomos de Boa Vista, já sofre restrições da própria direção dos órgãos de imprensa.

O procurador Eugênio Aragão diz que o Ministério Público irá impedir a criação das 3 reservas de garimpo, declarando a "nulidade e ineficácia" dos seus decretos ou abrindo uma ação criminal contra os seus autores.

Em Brasília, funcionários da Funai, lideranças indígenas e antropólogos fazem manifestação de protesto contra Íris Pedro de Oliveira, em viagem aos EUA.

18/01 - De Nova York, o Presidente da Funai comunica que não assinará o documento necessário para criar as reservas de garimpo na Floresta Nacional.

Os governos do Brasil e da Venezuela fazem acordo para agir em conjunto contra os garimpeiros que operam na fronteira. O Brasil também auxiliará a Venezuela a recompor as nascentes do Rio Orenoco, atingidas pela ação dos garimpeiros brasileiros.

22/01 - o procurador da República, Oswaldo José Barbosa Silva, intima o ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, para que ele explique as providências tomadas para interditar as pistas de pouso clandestinas nas áreas Yanomami.

A Polícia Federal começa a retirar os garimpeiros da área próxima à pista "do Baiano Formiga", em Surucucus, e dá prazo máximo de 10 dias para a evacuação da região. Cerca de 120 homens foram transportados por aviões da FAB a Boa Vista.

23/01 - O Presidente do CIMI, Dom Erwin Krautler, acusa o governo Federal de propagandear a retirada dos garimpeiros das terras Yanomami e depois voltar atrás, decidindo fixá-los em áreas da Floresta Nacional ou em regiões próximas às aldeias.

O diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, promete fazer uma ampla investigação para descobrir os responsáveis pelo aliciamento de milhares de garimpeiros em Roraima. Isso após a retirada desses invasores.

24/01 - O Presidente José Sarney assina decreto criando a reserva garimpeira de Urucacá- Santa Rosa, com área de 100 mil ha. O decreto é ilegal e malicioso, pois parte da reserva é área indígena interdita. Além disso, Santa Rosa é campo de um dos mais antigos garimpos de Roraima, cujas reservas auríferas estão praticamente exauridas. A garimpagem deverá aguardar estudos de impacto ambiental do Ibama.

29/01 - Em cadeia nacional de televisão, o presidente José Sarney fala sobre a operação de retirada dos garimpeiros do território Yanomami, reconhece o drama que os índios vêm sofrendo e anuncia que a solução para o problema virá da criação da reserva garimpeira de Urucacá-Santa Rosa. O presidente aproveita a oportunidade para considerar a operação como a mais importante demonstração de respeito aos direitos humanos do Brasil de hoje. E anuncia a ida do Ministro da Justiça a Boa Vista.

Boletim Yanomami Urgente Nº 12 - 01 de Fevereiro de 1989

COMISSÃO DO GOVERNO RETARDA APLICAÇÃO DO PLANO EMERGENCIAL DE SAÚDE

Em dezembro de 90, a Ação pela Cidadania (ApC) negociou com o governo a incorporação de uma equipe de profissionais familiarizados com os Yanomami no - Plano Emergencial de Atenção à Saúde Yanomami (PEAS), elaborado pelo Ministério da Saúde.

Em carta de 05/12, pelo Senador Severo Gomes, propôs uma equipe de 3 médicos, 2 enfermeiras, 1 laboratorista e 2 intérpretes para o atendimento de urgência às áreas críticas do Paapiú, Auaris, Olomai e Mucajáí. A missão dessa equipe era dar continuidade aos levantamentos realizados anteriormente pelos médicos Oneron Pithan e Maria Gorete Selau, além de promover a assistência local para conter a epidemia de malária e fornecer orientação ao pessoal da Funai, que seria fixado na área para assegurar a continuidade do atendimento médico.

Na carta entregue ao presidente da Funai, foi detalhado o plano de ação da equipe auxiliar de saúde, cujos trabalhos seriam iniciados no dia 08/12 e concluídos no dia 20/12.

Em carta de 13/12, o senador reiterou as condições para a integração da equipe da ApC, apoiado por médicos sanitários, intérpretes e especialistas com experiência na

área Yanomami. Destacou ainda a imperiosa necessidade de se promover a remoção dos garimpeiros das terras indígenas, sem a qual o socorro de saúde às populações Yanomami seria ineficaz.

No dia 27/12, em telex enviado pelo presidente da Funai ao senador, foi comunicado o novo cronograma para a Operação de Emergência e a formação das equipes médicas, com a incorporação dos profissionais sugeridos pela ApC. As etapas da operação seriam desenvolvidas nos seguintes prazos: 1º - de 02 a 15/01/90; 2º - de 17 a 30/01 e 3º - de 01 a 15/02.

Contudo, a integração da equipe auxiliar ficou definida apenas no dia 08/01, em reunião entre a ApC e a Funai, quando ficou estabelecido que os 12 profissionais de saúde e intérpretes propostos atuariam com as equipes oficiais do PEAS a partir da segunda etapa do programa (17/01). Participaram dessa reunião Abel de Barros Lima (ApC/CCPY), dr^a Maria Gorete Selau (ApC/CCPY), Maria Ordália Magro Del Gaudio (Funai), Maria Cristina Carvalho Magalhães (Funai), Mauro Ribeiro Alves (Funai), Claudia Andujar (ApC/CCPY), D'Alembert Jaccoud (ApC), o superintendente da Funai, coronel Alcântara, e o presidente do órgão, Iris Pedro de Oliveira.

Apesar do caráter emergencial do PEAS, até meados do mês de janeiro os médicos da Funai tinham realizado menos da metade dos atendimentos previstos. Ao adiarem a Operação de Saúde para janeiro, a Funai e o Ministério da Saúde submeteram a vida de milhares de Yanomami à política de "conciliação" que o governador de Roraima, Romero Jucá, vinha arquitetando com as lideranças garimpeiras, de onde nasceu o acordo para a transferência dos invasores para a Floresta Nacional.

OPERAÇÃO YANOMAMI APRESENTA RUMOS E RESULTADOS INCERTOS

A súbita mudança de rumos da operação de retirada dos garimpeiros das terras Yanomami - que serão transferidos para regiões dentro da área indígena - não só provocou dissidências e denúncias de funcionários da própria Funai, como também repercutiu até no Parlamento Europeu, que integra deputados de 12 países. Assim, no mês de janeiro, na mesma sessão em que foi condenada a intervenção norte-americana no Panamá, os parlamentares europeus elaboraram um documento ao presidente José Sarney, onde pedem a expulsão dos garimpeiros das terras Yanomami e lembram que essa medida já fora tomada pela Justiça brasileira em outubro de 89 (liminar 244/89).

A falta de vontade política do governo beirou a afronta à Justiça, que determinou a "retirada imediata" dos garimpeiros invasores e a interdição da área de 9,4 milhões de hectares. A omissão das Forças Armadas, especialmente o Exército, o autoritarismo do ministro da Justiça, Saulo Ramos, ou o oportunismo do governador de Roraima, Romero Jucá Filho, que encontrou o momento ideal para desengavetar o projeto Meridiano 62 e retomar a discussão do garimpo em terras indígenas, são alguns dos principais episódios que acompanham a Operação Yanomami.

Para melhor entendimento da situação global, Segue-se uma sinopse dos fatos determinantes que ocorreram entre os meses de dezembro e janeiro.

05/12 - A Justiça Federal ordena que a Aeronáutica interdite as pistas clandestinas do território Yanomami, procurando forçar a saída dos garimpeiros pelo corte do principal meio de transporte da região; o Exército também é convocado. Como a ordem judicial não estabelece prazo para ser cumprida, a pouca disposição das forças armadas para acatar a liminar acaba favorecida. Alega-se que o início da operação poderá influenciar os resultados do segundo turno das eleições presidenciais.

Pelo menos 2 índios por dia morrem de malária. A Funai menciona a ocorrência generalizada de tuberculose, oncocercose, leishmaniose, dermatoses, infecções respiratórias, enterites e desnutrição. Atendendo a solicitação da Funai, o senador Severo Gomes encaminha a proposta da Ação pela Cidadania para a implantação imediata de um programa de saúde junto aos Yanomami. Mas a Funai rejeita o trabalho e descarta a colaboração de profissionais familiarizados com os índios, preferindo restringir-se ao plano que ela desenvolveu com o Ministério da Saúde, com a participação fechada a técnicos do governo.

A médica Maria Gorete Gonçalves Selau, que no mês de novembro entrara em contato com o caos sanitário dos Yanomami da Casa do Índio (Boa Vista) e do Posto Indígena do Paapiú, critica o planejamento do plano de saúde para o início de 1990 e classifica como "omissão de socorro" a falta de providências já em dezembro.

06/12 - O presidente José Sarney assina medida provisória e libera NCZ\$ 15 milhões para a Funai ativar um programa emergencial de saúde na reserva Yanomami. Entretanto, o projeto não faz referências à necessidade de imediata" retirada dos garimpeiros, reconhecida pelos ministros da Saúde, Seigo Tsuzuki, e do Interior, João Alves, na exposição de motivos anexa ao plano. João Alves justifica o fato como recurso estratégico e afirma que parte dessa verba será destinada à remoção dos invasores, com o apoio da Polícia Federal.

07/12 - O Congresso Nacional libera NCZ\$ 31,5 milhões para a Funai contratar os serviços da Polícia Federal.

12/12 - o presidente Sarney, o ministro da Justiça, Saulo Ramos, o ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho, o ministro do Interior, João Alves Filho, e o ministro da Saúde, Seigo Tsuzuki, assinam o Decreto 98.502 que aprova o Plano de Defesa das Áreas Indígenas Yanomami. O Artigo 1º esclarece que a finalidade é fazer a retirada gradativa dos invasores de todas as áreas indígenas Yanomami e da Floresta Nacional, localizadas no Estado de Roraima, além de implantar um imediato sistema de proteção à saúde dos índios. O Decreto 98.502 também autoriza o ministro da Justiça a requerer dos ministros do Exército e da Aeronáutica o apoio necessário à efetivação das operações de retirada. O Plano estabelece um prazo de 30 dias para os agentes da PF retirarem os garimpeiros.

14/12 - A Funai e o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe) firmam acordo para a redemarcação da reserva Yanomami; o trabalho será finalizado em junho mas o programa durará cerca de 2 anos. O levantamento do Inpe tomará por base as fotos dos satélites Landsat (norte-americano) e Spot (francês), e identificará principalmente as áreas do garimpo.

20/12 - A imprensa reproduz a visão pessimista e distorcida do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, sobre a operação de retirada dos garimpeiros. Classificando de "psicologicamente difícil" a medida, Leônidas dá as costas à realidade e faz coro com os empresários do garimpo ao dizer que os índios não estão interessados na saída dos garimpeiros. "Quem quer a retirada dos garimpeiros", observa ele, são alguns religiosos e pessoas que defendem outros interesses."

Em fins de dezembro, agentes da Divisão de Ordem Política da Polícia Federal, juntos com técnicos da Funai e do Ibama, dão início, em Roraima, a um "levantamento psicossocial", um estudo psicológico dos garimpeiros e de suas famílias que dará uma idéia da reação que será desencadeada com a evacuação das áreas. Também pretende-se contatar as lideranças do garimpo para incentivar a saída pacífica da região.

PRECARIEDADE NO INÍCIO DA OPERAÇÃO SAÚDE

02/01 - A Funai, com o apoio do Ministério da Saúde e Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), começa Operação Saúde. Há 5.450 Yanomami contagiados pela malária diversas outras doenças nas 116 aldeias das reservas da a e de Surucucus, Uaicás e Alto e Baixo Mucajaí. Entre outubro e dezembro de 89 morreram 150 índios, 64 dos quais na Casa do Índio, em Boa Vista, onde se encontram internados 131 indígenas. Marcos Guimarães, chefe de saúde da Funai em Brasília deslocado para Boa Vista, aponta dois objetivos básicos dessa Operação: a reversão do quadro sanitário e o diagnóstico das doenças mais frequentes.

No primeiro dia da Operação Saúde, só um avião decola com mantimentos; os outros dois estão com defeito e o reforço aéreo prometido pela Funai não chegou. Não foi possível enviar para os garimpos as 6 equipes treinadas para atender os índios. A Sucam tem montada uma base avançada na reserva de Surucucus para receber os índios em estado grave.

Luís Saraiva Leite, secretário-geral-adjunto do Ministério da Saúde e coordenador da operação, diz que "não há possibilidade de êxito no tratamento dos índios com os garimpeiros por perto".

03/01 - o segundo dia da Operação Saúde também foi inútil. A equipe da Sucam transportada para o Paapiú estava sem equipamentos técnicos, e a base avançada de Surucucus não recebeu as equipes de médicos e laboratoristas por falta de transporte aéreo. Na verdade, a Funai e a Sucam ainda não sabem por onde começar a ação emergencial.

Luís Saraiva Leite desembarca na reserva de Surucucus e encontra apenas 9 Yanomami em bom estado de saúde. No Posto nem os técnicos da Funai sabem dizer

onde estão os índios. Na região de Surucucus habitam cerca de 4.000 Yanomami. No Paapiú, havia alguns poucos índios recém-chegados de Boa Vista e com alta da Casa do Índio. No dia seguinte, o médico Sérgio Silva, da Funai, diagnostica 50 índios que vivem na região: de cada 10 Yanomami, 9 têm malária do tipo falciparum, a mais grave e mortal. Os índios também apresentam parasitose intestinal e estão desnutridos.

A 4 dias da Operação Canaimé, marcada para 07/01, a situação é de muita tensão no Sindicato dos Garimpeiros de Roraima. O ministro da Justiça reafirma que o governo não usará de violência para retirar os garimpeiros, mas o presidente da Funai, Íris Pedro de Oliveira, anunciara anteriormente que os invasores podem ser "expulsos na marra".

05/01 - o governador Romero Jucá convoca a imprensa e declara, irritado, que não apóia a ação da Polícia Federal, e que responsabilizará a União pelos danos que venham a ocorrer ao povo de Roraima. Para Jucá, "é preciso encontrar um modelo sério para a atividade garimpeira". A comunidade de Boa Vista também não apóia a operação, e representantes de 17 entidades empresariais e trabalhistas locais exigem o ordenamento da atividade mineral no estado.

É grande a falta de informação sobre a Operação: nenhum agente federal desembarcou em Boa Vista, a Divisão Regional da PF ainda não recebeu instruções de Brasília e nem o comandante da guarnição do Exército, coronel Luís Francez, sabe com proceder.

06/01 - o Sindicato dos Garimpeiros de Roraima reúne cerca de 400 pessoas em passeata em Boa Vista garimpeiros contra a retirada dos garimpeiros. José Altino Machado, presidente da União dos Sindicatos e Associação de Garimpos da Amazônia Legal (Usagal), afirma que a ação da PF é de "cunho político" e que a operação não deverá ocorrer. Ele confia nos "muitos caminhos" para os garimpeiros continuarem a operar no interior do estado.

08/01 - A Polícia Federal bloqueia as pistas de Boa Vista utilizando 77 agentes e 11 delegados. Aumentam a tensão e a disposição para resistir à Operação de retirada dos garimpeiros, que tiveram bastante tempo para estocar alimentos, combustível e inclusive armas; fala-se na possibilidade de confronto armado. Em telex ao governador de Roraima, o ministro Saulo Ramos informa que determinou "ao Dr. Tuma que viaje amanhã a Boa Vista, a fim de tratar detalhes do acordo com as entidades representantes dos garimpeiros".

ACORDO COM LÍDERES DO GARIMPO VIRA MEDIDA DA "SALVAÇÃO"

09/01 - O delegado-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, chega a Boa Vista e participa das negociações que geram o acordo ("termo de compromisso") para a transferência dos garimpeiros para a Floresta Nacional, em áreas escolhidas pelos seus próprios líderes. Participam da reunião dirigentes da Funai, do Ibama, do Departamento Nacional de Produção Mineral, do governo de Roraima e de mais 6 lideranças do garimpo.

Em Brasília, o ministro Saulo Ramos, representantes da Funai, da Secretaria de Assessoramento Nacional (Saden) e de outros órgãos aceitam o acordo, firmado em documento com 9 itens, elaborado sob a coordenação do procurador-geral de Roraima, José Ronaldo Montenegro de Araújo, e do chefe de gabinete do governador Romero Jucá, Marcelo Coutelo Chagas. Representando a PF e o governo federal, assina o "termo de compromisso" o diretor do Departamento de Ordem Política e Social da Polícia Federal, Amaury Aparecido Galdino, coordenador da operação de retirada dos garimpeiros da reserva Yanomami. De acordo com o documento, o governo federal reserva 3 áreas de garimpagem dentro do estado de Roraima, nas regiões de Uraricoera (125 mil ha), Uraricoera/Santa Rosa(100 mil ha) e Catrimani/Couto de Magalhães (280 mil ha).

Em contrapartida, as entidades que representam os garimpeiros em áreas Yanomami de Roraima serão integradas ao Plano de Defesa das Áreas Indígenas Yanomami (Decreto 98.502), com o compromisso de promoverem a saída espontânea destes garimpeiros nos seguintes prazos: até 60 dias - região de Surucucus, com prioridade para as pistas do "Baiano Formiga", "Caveira 1" e "Caveira 2"; até 90 dias - demais áreas indígenas Yanomami. A PF e a Funai ficam encarregadas de coordenar e fiscalizar a desocupação, e os garimpeiros e suas entidades representativas arcarão com todos os custos da medida.

O acordo que negocia a retirada pacífica dos invasores afronta o item 3 do artigo 231 da Constituição (que determina que "a pesquisa e a lavra de riquezas minerais em terras indígenas" dependem da autorização do Congresso Nacional) e a liminar 244/89, concedida pela 7ª Vara da Justiça Federal em 20/10/89, que ordena a interdição da área de 9.419.108 ha e a "retirada imediata" dos garimpeiros das terras Yanomami.

10/01 - Revoltados com os novos rumos da operação Canaimé, o sertanista da Funai Sydney Possuelo, coordenador da retirada dos garimpeiros, e o administrador regional da Funai em Boa Vista, José Maria Nascimento, pedem exoneração de seus cargos.

O procurador da República Eugênio José Guilherme Aragão pede à Justiça a prisão em flagrante do delegado Romeu Tuma por desobediência à determinação Judicial. Aragão pede que Tuma seja convocado para dar explicações, uma vez que o diretor da PF não poderia fazer nenhum acordo com os garimpeiros. O ministro Saulo Ramos defende que o acordo é "perfeitamente legal", que a garimpagem na Floresta Nacional já estava regulamentada por decreto presidencial e chega a desafiar o Judiciário a retirar os garimpeiros, demonstrando a incapacidade do governo para executar a operação. A realidade é que o ministro da Justiça receava que um confronto entre os 250 agentes federais e milhares de garimpeiros terminasse num "banho de sangue".

Na companhia do presidente da Usagal, José Altino Machado, e do proprietário da Goldmazon, Elton Runhelt, o delegado Romeu Tuma recebe dos garimpeiros de Paapiú a devolução da primeira pista de pouso clandestina; o ato simboliza a saída sem resistência e sela o acordo para o assentamento dos garimpeiros na Floresta Nacional.

É realizada uma manifestação no Centro de Londres para denunciar o Plano de Ação Florestal (que levaria o governo britânico a doar US\$ 160 milhões para o Brasil) como forma de exploração comercial, sem valor ecológico. A sede londrina da Survival International faz vigília de uma noite em frente à Embaixada brasileira e telegrafa ao presidente José Sarney dizendo-se "consternada pela não remoção dos 45 mil garimpeiros ilegais que estão destruindo os índios Yanomami".

PARA MINISTRO DA JUSTIÇA , "GARANTIA" É RESPONSABILIDADE DO GOVERNO COLLOR

11/01 - O delegado Romeu Tuma afirma que a PF não desrespeitou a liminar, mas optou pela retirada de forma "pacífica e civilizada", e que no encontro do dia 9 foram "firmados alguns compromissos" e não um acordo para a exploração mineral. Romero Jucá manifesta surpresa e irritação com a negação do acordo por Tuma, e lembra que há um documento assinado pelos participantes do entendimento conduzido pela PF e pelo governo de Roraima; mas o documento não traz nem a assinatura do delegado nem a do governador.

O ministro Saulo Ramos não reconhece a ilegalidade do acordo e diz que a garantia dos índios é responsabilidade do próximo governo ; para ele, a presença de garimpeiros na Floresta Nacional, próximos da reserva indígena, não é problema nesta primeira fase.

A coordenação do programa de saúde divulga os primeiros resultados dos exames e testes aplicados nos índios entre 3 e 10 de janeiro. Foram analisados clinicamente 911 índios em 4 áreas:

Surucucus, Paapiú, Alto Mucajaí e Baixo Mucajaí. Nas análises em 387 índios sob suspeita, 91 confirmaram a malária, sendo que 66 contraíram a doença com o *plasmodium falciparum* (que pode levar à morte). 25 Yanomami apresentaram a malária do tipo vivax, benigno. Foram encontrados 76 índios com desnutrição grave e 48 com infecções respiratórias agudas, e grande número de casos de doenças de pele, conjuntivite, gastroenterite, hepatite e tuberculose.

15/01 - De volta de férias, o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, assegura que o Ministério Público fará o possível para garantir a integridade do território Yanomami em Roraima. Junqueira atribui a demora no cumprimento da liminar à "falta de vontade política do governo, e não à falta de condições para cumprí-la". Para o ex-presidente da Funai, Apoena Meirelles, a Operação Selva Livre "não passa de uma palhaçada, porque jamais o governo conseguirá remover as 45 mil pessoas que ocupam o local".

Surge a possibilidade de o governo rever a decisão de assentar os garimpeiros nas 3 áreas selecionadas, segundo declarações do secretário- executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), do Ministério da Justiça, Ovídio

Martins de Araújo. Mas no dia seguinte (16) o ministro Saulo Ramos descarta a idéia e reafirma a intenção de legalizar o garimpo na Floresta Nacional de Roraima.

16/01 - Tem início a segunda fase da operação de retirada dos garimpeiros das áreas Yanomami. A PF recebe reforço de homens, totalizando 250 agentes. De uma base avançada instalada na região de Paapiú, os agentes federais entrarão na selva para fiscalizar a desocupação espontânea. Nesta etapa, está prevista a retirada dos garimpeiros das áreas prioritárias em torno dos garimpos de Baiano Formiga, Caveira 1 e Caveira 2. Convencida de que não havia intenção de dar força legal ao acordo firmado no dia 9, a Justiça o considera legítimo, até o julgamento da ação de demarcação da reserva indígena, e nega o pedido de prisão do delegado Romeu Tuma. Nove membros da equipe da ApC (CCPY e CIMI) seguem para as áreas.

17/01 - Agentes da PF desembarcam no garimpo de Baiano Formiga e começam a coordenar a saída das primeiras levas de garimpeiros, que não oferecem resistência. Posteriormente, o chefe da Operação Selva Livre, delegado Amauri Galdino, informa que cerca de 10 mil garimpeiros já deixaram algumas áreas. Porém em Boa Vista fala-se do fracasso da operação e que muitos garimpeiros conseguem burlar a fiscalização da PF.

O trabalho dos jornalistas, há dias boicotado pelos pilotos autônomos de Boa Vista, já sofre restrições da própria direção dos órgãos de imprensa.

O procurador Eugênio Aragão diz que o Ministério Público irá impedir a criação das 3 reservas de garimpo, declarando a "nulidade e ineficácia" dos seus decretos ou abrindo uma ação criminal contra os seus autores.

Em Brasília, funcionários da Funai, lideranças indígenas e antropólogos fazem manifestação de protesto contra Íris Pedro de Oliveira, em viagem aos EUA.

18/01 - De Nova York, o Presidente da Funai comunica que não assinará o documento necessário para criar as reservas de garimpo na Floresta Nacional.

Os governos do Brasil e da Venezuela fazem acordo para agir em conjunto contra os garimpeiros que operam na fronteira. O Brasil também auxiliará a Venezuela a recompor as nascentes do Rio Orenoco, atingidas pela ação dos garimpeiros brasileiros.

22/01 - o procurador da República, Oswaldo José Barbosa Silva, intima o ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, para que ele explique as providências tomadas para interditar as pistas de pouso clandestinas nas áreas Yanomami.

A Polícia Federal começa a retirar os garimpeiros da área próxima à pista "do Baiano Formiga", em Surucucus, e dá prazo máximo de 10 dias para a evacuação da região. Cerca de 120 homens foram transportados por aviões da FAB a Boa Vista.

23/01 - O Presidente do CIMI, Dom Erwin Krautler, acusa o governo Federal de propagandear a retirada dos garimpeiros das terras Yanomami e depois voltar atrás, decidindo fixá-los em áreas da Floresta Nacional ou em regiões próximas às aldeias.

O diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, promete fazer uma ampla investigação para descobrir os responsáveis pelo aliciamento de milhares de garimpeiros em Roraima. Isso após a retirada desses invasores.

24/01 - O Presidente José Sarney assina decreto criando a reserva garimpeira de Uraricaá- Santa Rosa, com área de 100 mil ha. O decreto é ilegal e malicioso, pois parte da reserva é área indígena interdita. Além disso, Santa Rosa é campo de um dos mais antigos garimpos de Roraima, cujas reservas auríferas estão praticamente exauridas. A garimpagem deverá aguardar estudos de impacto ambiental do Ibama.

29/01 - Em cadeia nacional de televisão, o presidente José Sarney fala sobre a operação de retirada dos garimpeiros do território Yanomami, reconhece o drama que os índios vêm sofrendo e anuncia que a solução para o problema virá da criação da reserva garimpeira de Uraricaá-Santa Rosa. O presidente aproveita a oportunidade para considerar a operação como a mais importante demonstração de respeito aos direitos humanos do Brasil de hoje. E anuncia a ida do Ministro da Justiça a Boa Vista.

 **Voltar**

Coordenação Editorial: Alcida Rita Ramos, Bruce Albert, Jô Cardoso de Oliveira

Para informações adicionais favor enviar
e-mail para o escritório central da
Comissão Pró-Yanomami no seguinte
endereço:

proyanomamidf@proyanomami.org.br

Financiador: _____

 **Boletins &
Comunicados**

Acesse os anteriores ou
cadastre-se para receber
periódicamente



Comissão Pró-Yanomami 2004 - A comissão incentiva a veiculação dos textos desde citadas as fontes.